

Avaliação do estoque de medicamentos das residências da Região do Vale do Aço-MG

Evaluation at in-house medicine stock pharmacy

Carla de Aredes Brum¹, Maria Cristina de Almeida Depizzol², Tatyane Vieira Lopes²,
Gisele Fernandes Loures³ & Analina Furtado Valadão⁴

RESUMO – Este estudo teve como objetivo a análise do estoque de medicamentos das residências dos moradores das cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, da região do Vale do Aço, Minas Gerais. Os medicamentos foram arrecadados durante a campanha Farmácia Cidadã realizada no período de 20 dias contando com diversos pontos e coleta nas três cidades sendo 15 Igrejas, 4 escolas de ensino médio e três Campi do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais – UNILESTE/MG. Foram arrecadadas 33.767 unidades de medicamentos, sendo que 20,5% eram unidades vencidas. A análise por classe terapêutica demonstrou que os medicamentos mais presentes nas residências eram das classes dos anti-hipertensivos (27,8%), psicotrópicos (10,30%), antiinflamatórios, analgésicos e antipiréticos (7,24%), anticoncepcionais (6,50%), vitaminas (6,23%) e antibióticos (4,06%). Esses dados sugerem que a farmácia caseira incorpora medicamentos considerados de venda livre e também de prescrição controlada. Essa prática pode estimular à automedicação, aumentar riscos de intoxicações, além de sugerir a não-adesão a tratamentos, pois uma grande parcela era de medicamentos de uso contínuo.

PALAVRAS-CHAVE – Farmácia caseira, automedicação.

SUMMARY – The aim of this study was the stock analysis of medicine in-house pharmacies in three cities in Vale do Aço region, Minas Gerais State: Ipatinga, Coronel Fabriciano and Timóteo. The medicaments were collected during the aid campaign Farmácia Cidadã happened through 20 days with diverse collect points at different parts of the cities as 15 churches, 4 high schools and in three campy of Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE/MG). It was collected 33.767 units though 20,5% was bad to use. The analysis by therapeutic classes showed the most common medicines at in-house pharmacies in Vale do Aço was: antihypertensives (27.8%), psychotropics (10.30%), anti-inflammatory, analgesics and antipyretics (7.24%), contraceptives (6.50%), vitamins (6.23%) and antibiotics (4.06%). The data indicate that in-house pharmacies include free prescription and controlled prescription medicaments. This practice may stimulate the auto medication, increase the intoxication risks, and also suggest non-adhesion to treatments, since a great portion of the medications was for continual use.

KEYWORDS – In-house pharmacy, auto medication.

INTRODUÇÃO

A manutenção de estoque de medicamentos não consumidos nas residências é um fator de risco à saúde, pois, além da possibilidade de intoxicações por ingestão acidental, a falta de cuidados com a farmácia caseira pode afetar a eficiência e a segurança no uso de medicamentos (Ferreira *et al.*, 2005). Os medicamentos são usados como instrumentos de prevenção e tratamento às doenças, porém, somente devem ser administrados sob orientação profissional, em virtude dos problemas que são passíveis de causar.

O hábito de se guardar medicamentos em casa também pode estimular a automedicação, constituindo outro fator de risco para intoxicações. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(2005), 40% dos acidentes de intoxicação doméstica são causados pelo consumo indiscriminado de medicamentos, sendo este um problema que atinge principalmente as crianças, que se tornam vítimas de si mesmas ou da medicação indevida ministrada pelos próprios pais.

A percepção de saúde e doença está bastante relacionada ao consumo de medicamentos. Condições fisiológicas, que em outros tempos eram normais, como o envelhecimento ou a menopausa, passaram a ser vistas como doenças e tiveram como consequência inicial o aumento do mercado consumidor de medicamentos. Esse aumento do consumo de medicamentos foi favorável para a Indústria, mas, de outro lado, o uso indiscriminado de medicamentos pode oferecer risco à saúde da população (Casagrande *et al.*, 2004).

Recebido em 16/3/2007

¹Farmacêutica, Ph.D em Farmacologia. Prof do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE/MG)

²Graduanda em Farmácia. Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE/MG)

³Licenciada em Letras, Mestranda em Linguística. Profª do Curso de Letras e Ciências Biológicas do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE/MG)

⁴Farmacêutica, Ph.D em Bioquímica. Prof do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE/MG)

*Avenida Tancredo Neves, 3500 /Bairro Universitário/Coronel Fabriciano/MG, 35170-056

Segundo Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), 2005, o uso inadequado de medicamentos é um problema de Saúde Pública prevalente em todo o mundo. Dados informam que 15% da população mundial consomem mais de 90% da produção farmacêutica, sendo que 25 a 70% dos gastos em saúde nos países em desenvolvimento correspondem a medicamentos e, nos desenvolvidos, esse percentual é de 15%. Das consultas médicas, 50 a 70% geram prescrição medicamentosa. De todos os medicamentos, 50% são prescritos, dispensados ou usados inadequadamente; somente 50% dos pacientes, em média, tomam corretamente seus medicamentos. Os hospitais gastam de 15% a 20% de seus orçamentos para lidar com as complicações causadas pelo uso inadequado de medicamentos. De todos os pacientes atendidos em prontos-socorros com intoxicação, 40% são vítimas dos medicamentos. No Brasil, 15% da população consomem 50% do que se produz de medicamentos, enquanto 51% entre os que ganham até quatro salários mínimos consomem 16% do que se produz.

A automedicação inadequada, tal como a prescrição errada, pode trazer como consequência efeitos indesejáveis, além do mascaramento de doenças evolutivas (Arrais *et al.*, 1997), podendo ainda provocar interações medicamentosas importantes com outros tratamentos feitos previamente; pode produzir efeitos secundários e riscos inaceitáveis do ponto de vista terapêutico (Silva *et al.*, 2005). É claro que o risco dessa prática está correlacionado ao grau de instrução e informação dos usuários sobre medicamentos, bem como com a acessibilidade dos mesmos ao sistema de saúde (Menezes *et al.*, 2004).

Com base nestas informações o objetivo principal deste trabalho foi fazer uma avaliação do estoque de medicamentos nos domicílios. Uma campanha de arrecadação foi a estratégia utilizada para se ter acesso aos medicamentos.

MATERIAL E MÉTODOS

Os medicamentos analisados neste estudo foram provenientes de uma campanha de arrecadação realizada nas cidades que compõem a região do Vale do Aço (Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo) no estado de Minas Gerais. A campanha realizada recebeu o nome de Farmácia Cidadã e teve como objetivo conscientizar a população da importância da doação dos medicamentos vencidos e não-vencidos da farmácia caseira. A campanha foi realizada no período de 01/05/2005 a 20/05/2005 em 15 Igrejas distribuídas nas três cidades, 4 escolas de ensino médio e nos três Campi do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. A divulgação da campanha foi realizada através de folheto distribuído nesses locais. Os medicamentos arrecadados foram analisados e catalogados quanto à forma farmacêutica, classe terapêutica e número de unidades arrecadadas. Cada unidade foi considerada como a menor unidade possível para uma forma farmacêutica, sendo adotada a seguinte regra: comprimido, cápsula, bisnaga, ampola, pastilha, supositório, tablete, adesivo, sabonete, saches correspondente a uma unidade.

Os medicamentos arrecadados também foram devidamente analisados quanto aos seguintes aspectos: data

TABELA I
Relação e quantidade de unidades de medicamentos recolhidos durante campanha de arrecadação, segundo a classe terapêutica*

Anti-hipertensivos	9.395
Antidiabéticos	822
Analgésicos, antiinflamatórios, antipiréticos.	2.446
Psicotrópicos	3.469
Distúrbios hormonais femininos	3.774
Vitaminas	2.106
Fitoterápicos	1.777
Antibióticos	1.373
Fármacos oftálmicos, otológicos e nasofaríngeos	17
Fármacos do aparelho respiratório	135
Fármacos cardiovasculares	468
Antifúngicos e anti-sépticos	166
Fármacos do sangue e sistema hematopoético	987
Antialérgicos	660
Preparações para a pele e membranas mucosas	11
Agentes antineoplásicos	158
Miorrelaxantes	149
Fármacos com atuação no SNC	927
Fármacos diversos	4.927
Total	33.767

* Segundo Classificação do Dicionário Terapêutico Guanabara, 2005.

de validade, aspectos físicos como coloração, presença de embalagem íntegra, indícios de desintegração. Os medicamentos vencidos e os impróprios para uso foram encaminhados aos serviços de Vigilância Sanitária dos municípios citados; já os medicamentos em boas condições foram encaminhados à Farmácia Esperança, um órgão de utilidade pública que os dispensa à população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos 19 dias da campanha foram arrecadados 127kg de medicamentos ou 33.767 unidades. A Tabela I mostra a catalogação dos medicamentos arrecadados quanto à classe farmacêutica e o número de unidades. Do total de medicamentos arrecadados 26kg (aproximadamente 20,5%) estavam vencidos ou impróprios para uso e 101kg estavam em condições de uso. Esses dados sugerem que a população retém em casa medicamentos impróprios para uso o que pode oferecer riscos à saúde, sugerindo a necessidade de ações de conscientização quanto aos danos do uso dessa prática. Outro dado relevante é que 79,5% dos medicamentos arrecadados ainda estavam adequados para uso, o que pode sugerir a não-adesão à farmacoterapia e/ou ausência de uma política de implantação da dispensação de medicamentos fracionados.

A distribuição dos medicamentos por classe terapêutica demonstrou que, do total de unidades arrecada-

das, 27,8% (ou 9.395 unidades) correspondiam a medicamentos anti-hipertensivos e 822 correspondiam aos antidiabéticos. São inúmeros os fatores que podem ser listados para explicar a presença destes medicamentos na farmácia caseira; dentre eles, um fato já estudado e conhecido é a não-adesão ao tratamento. A hipertensão e os diabetes são doenças crônicas degenerativas em que a ausência de complicações é dependente principalmente de adesão ao tratamento. A falha no seguimento do tratamento proposto, caracterizando falta de adesão e conseqüente controle inadequado da pressão arterial e glicemia, é freqüente e está associada a vários fatores tais como, efeitos indesejáveis das drogas e custo dos fármacos (Mion *et al.*, 2001).

Os medicamentos classificados como psicotrópicos totalizaram 3.469 unidades (10,3%), sendo que destes 2.414 correspondem aos ansiolíticos e antidepressivos. O consumo indevido de medicamentos em geral e de psicotrópicos em particular, representa um grande problema de saúde pública, repercutindo nas manchetes e destaques dos meios de comunicação. Esse grande número de medicamentos controlados provenientes dos domicílios pode significar uma falha no controle das prescrições. No ano de 1999, foi realizado um estudo em dois municípios brasileiros, no qual foi analisado um universo de 108.215 notificações e receitas especiais retidas em farmácias, drogarias, postos de saúde, hospitais (Dal Pizzol *et al.*, 2006). Esse estudo indicou descuido no preenchimento das notificações e receitas especiais e, inclusive, indícios de falsificações, na forma de prescrições por médicos falecidos e notificações com numeração oficial repetida. Essa realidade indica a necessidade de uma ampla revisão no atual sistema de controle dessas substâncias, bem como do papel dos profissionais de saúde nesse sistema.

No que diz respeito à classe médica, alguns estudos confirmam a prescrição médica como fator de grande importância na manutenção do uso crônico de psicotrópicos. Segundo a visão dos clínicos e a vivência dos usuários entrevistados, observou-se que, com muita freqüência, os pacientes pedem a prescrição a médicos conhecidos. Estes médicos normalmente são amigos, vizinhos, familiares, colegas de trabalho do usuário. Esses resultados sugerem atitude médica indevida, ao dispensar a relação médico-paciente para a prescrição de psicotrópicos (Rodrigues *et al.*, 2006).

Outro dado relevante foi o grande número (3.774 unidades) de medicamentos contendo hormônios sexuais femininos. Deste total, 2.184 unidades correspondiam aos anticoncepcionais. A adesão à prescrição é um dos maiores problemas que a contracepção hormonal oral apresenta. Essa circunstância deriva de uma falta de informação, de educação e das dificuldades para se manter uma rotina que requeira o uso diário do contraceptivo. Apesar dos efeitos benéficos que a contracepção hormonal oral proporciona em tumores de endométrio ou ovário, muitas mulheres citam os riscos de tumores como razões para suspender o uso. Nesse aspecto, devem-se incluir os efeitos menores, que provocam um grande número de não-adesão, tais como cefaléias, sangramento, amenorréia. Outras usuárias suspendem por aspectos estéticos, como o ganho de peso (Rosenberg & Waugh, 1999).

Entre os medicamentos analisados, os antibióticos totalizaram um número de 1.373 unidades, sendo que uma parcela significativa dos frascos e cartelas estava

incompleta, sugerindo um tratamento inacabado. Uma revisão de 76 publicações que usaram aparelhos eletrônicos para acompanhar a adesão do paciente aos regimes de dosagem de antibióticos demonstrou que ela diminuiu com uma freqüência maior de doses e uma duração maior do tratamento (Menezes *et al.*, 2004). Tal fato é preocupante, já que o tratamento inadequado de doenças bacterianas é fator de desenvolvimento de resistência bacteriana.

A alta incidência de fármacos classificados como antiinflamatórios, analgésicos e antipiréticos, entre os medicamentos analisados (2.446 unidades), coincide com dados já existentes na literatura que mostram o alto consumo desses fármacos praticado no Brasil, como em outros países (Barros 1984; Baños *et al.*, 1991).

O aspecto preocupante se correlaciona com a alta prevalência de fármacos de venda livre, entre eles as vitaminas, analgésicos e antipiréticos, pressupondo-se dificuldades de acesso a uma atenção médica e farmacêutica adequadas e a existência de automedicação para sintomas aparentemente considerados simples.

CONCLUSÃO

Os dados apresentados sugerem a existência de uma farmácia caseira que incorpora desde medicamentos considerados de venda livre, como vitaminas e fitoterápicos, até fármacos de prescrição controlada. Os riscos inerentes a essa prática de manter em casa medicamentos são inúmeros, destacando-se o estímulo à automedicação, riscos de intoxicações, sendo este um problema que atinge principalmente as crianças e idosos. Além disso, sugere a não-adesão a tratamentos, pois, uma grande parcela eram medicamentos de uso contínuo.

Este trabalho reforça a necessidade do estudo da automedicação e apóia a hipótese da ingênua e excessiva crença da sociedade no poder dos medicamentos, o que contribui para a crescente demanda de produtos farmacêuticos para qualquer tipo de transtorno.

Os medicamentos foram incorporados à dinâmica da sociedade de consumo e, portanto, estão sujeitos às mesmas tensões, interesses e dura competição de qualquer setor do mercado, afastando-se de sua finalidade precípua na prevenção, diagnóstico e tratamento das enfermidades (Barros, 1982). Tais resultados reforçam a necessidade de se informar a população sobre o uso adequado de medicamentos, além de medidas cabíveis que garantam a oferta de produtos necessários, eficazes, seguros e de preço acessível.

Dessa forma torna-se necessária a realização de projetos governamentais com a finalidade de orientar a população para uma medicação responsável. Além, é claro, da intensificação de rigorosa fiscalização por parte da Agência de Nacional de Vigilância Sanitária e demais órgãos responsáveis e com isso diminuir o uso indiscriminado de medicamentos pela população.

REFERÊNCIAS

1. ANVISA. Anvisa faz parceria para diminuir mau uso de medicamentos. 18h30, Brasília, 18 de novembro de 2005. Capturado em 20/11/2005. Disponível na Internet: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2005/181105.htm>.
2. Arrais, P.S.D.; Coelho, H.L.L.; Batista, M.C.D.S.; *et al.* Perfil da automedicação no Brasil. Revista de Saúde Pública. v.31, n.1, p.71-77, Fev. 1997. Acesso em 13

- de Novembro de 2005. Disponível na Internet http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000100010&lng=pt&nrm=iso.
3. Baños, J.E.; Bosch, F.; Toranzo, I. La automedicación con analgésicos: estudio en el dolor odontológico. *Med. Clín. Barc.* 1991 (96): 248-51.
 4. Barros, J.A.C. Antibióticos, analgésicos e vitaminas: uso e abuso em Recife-Brasil. Recife, Grupo Recifense de Defesa do Consumidor de Medicamentos, 1984.
 5. Barros, J.A.C. A medicalização da clientela previdenciária. São Paulo, 1982. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina da USP.
 6. Casagrande, E.F.; Gomes, E.A.; Lima, L.C.B.; *et al.* Estudo da utilização de medicamentos pela população universitária do município de Vassouras (RJ). *Rev. Infarma* [online], v.16, n.º 5/6, p.86-88, 2004. Acesso em 24 de novembro de 2005. Disponível na Internet <http://www.cff.org.br/revistas/infarma>.
 7. Dal Pizzol, T.S.; Branco, M.M.N.; Carvalho, R.M.A; *et al.* Uso não-médico de medicamentos psicoativos entre escolares do ensino fundamental e médio no Sul do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v.22, n.1, p.109-115, 2006.
 8. Korolkovas, A & França, F.F.A.C. *Dicionário Terapêutico Guanabara: 2005/2006* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 12 ed., 624p.
 9. Ferreira, W. A.; Silva, M.E.S.T.; Ferreira De Paula, A.C.C.F.; Resende, C.A.M.B. Avaliação de Farmácia Caseira no Município De Divinópolis (MG) por Estudantes do Curso De Farmácia Da Unifenas. *Infarma*, v.17, n. 7/9, p.84-86, 2005.
 10. Menezes, E.A.; Oliveira, M.S.; Cunha, F.A.; Pinheiro, F.G.; Bezerra, B.P; Auto-medicação com antimicrobianos para o tratamento de infecções urinárias em estabelecimento farmacêutico de Fortaleza (CE). *Rev. Infarma*. v.16, n.º11-12, p. 56 – 59, 2004. Acesso em 24 de novembro de 2005. Disponível na Internet <http://www.cff.org.br/revistas/infarma>.
 11. Mion, J.R.D.; Pierin, A.M. G.; Guimarães, A. Survey about hypertension treatment. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, 2001; 47 (3): 249-254.
 12. Rodrigues, M.A.P; Facchini, L.A. L.; Silva, M. Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. *Rev. Saúde Pública*, 2006, 40 (1): 107-114
 13. Rosenberg, M.; Waugh, M.S. Causes and Consequences of Oral Contraceptive Noncompliance. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 1999; 180 (2): S276-S279.
 14. Silva, G.M.S., Almeida, A.C.; Mello, N.R.S.; *et al.* Análise da automedicação no município de Vassouras (RJ). *Rev. Infarma*. [online]. v.17, n.º 5/6, p. 59 – 62, 2005. Acesso em: 24 de Novembro de 2005. Disponível na Internet em <http://www.cff.org.br/revistas/infarma>.

Endereço para correspondência

Carla de Aredes Brum, Ph.D
Curso de Farmácia, Centro Universitário do Leste de Minas Gerais
(UNILESTE/ MG)
Avenida Tancredo Neves, 3500 - Bairro Universitário,
Coronel Fabriciano/MG, 35170-056
E-mail: carlabrum@hotmail.com ou carlabrum@oi.com.br